



JUCESP PROTOCOLO
0.085.033/14-5



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Pelo presente instrumento, de um lado:

CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.455, 5º andar, conjunto 52, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o n.º 08.801.621/0001-86, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.341.881, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

e, de outro lado:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos titulares das debêntures da Emissão (conforme abaixo definido) ("Debenturistas"), neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

vêm, por meio deste, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações" ("Escritura de Emissão"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com as deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 28 de janeiro de



2014 ("RCA"), na qual foram deliberados e aprovados os termos e condições da Emissão (conforme abaixo definida), nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA

2.1.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM 476", respectivamente) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

2.1.2. A Oferta Restrita não será objeto de registro na Associação Brasileira de Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Arquivamento na JUCESP e Publicação da ata de RCA

2.2.1. A ata da RCA será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, nos termos do artigo 62, inciso I, e artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro da Escritura de Emissão na JUCESP

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.



2.4. Registro para Distribuição e Negociação

Registro para Distribuição

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário no MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP.

2.4.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a negociação liquidada financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.3. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409" e "Investidores Qualificados", respectivamente), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, do disposto no artigo 17 da referida Instrução.

2.5 Registro dos Contratos de Garantia

2.5.1 As escrituras públicas de constituição de hipoteca de 1º grau sobre a propriedade ou domínio útil dos Imóveis (conforme definidos na Cláusula 4.23.1 abaixo) ("Contratos de Garantia") serão levadas a registro pela Emissora nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis em até 30 (trinta) dias contados da data de sua celebração. Referidos registros deverão ser obtidos em até 90 (noventa) dias contados da data da realização dos respectivos protocolos.

2.5.2 A Emissora deverá enviar ao Agente Fiduciário, tempestivamente após a obtenção do registro dos Contratos de Garantia nas respectivas matrículas, cópia autenticada das matrículas atualizadas dos imóveis alienados fiduciariamente.

2.5.3 A Emissora declara que não possui controle acerca do prazo para liberação do registro dos Contratos de Garantia pelos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, já que são órgãos públicos, tendo o Agente Fiduciário ciência de tal fato, cabendo somente à Emissora e ao Agente Fiduciário atenderem, de comum acordo, as eventuais exigências apresentadas pelos Cartórios de Registro de Imóveis, para dar

cumprimento ao disposto nesta cláusula, sem prejuízo do eventual vencimento antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA TERCEIRA – CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a incorporação, a compra e a venda de imóveis comerciais e industriais (inclusive híbridos), prontos ou a construir, de terrenos e frações ideais e/ou a participação em ativos imobiliários, a locação e administração de bens imóveis, a construção de imóveis e a prestação de serviços de consultoria em assuntos relativos ao mercado imobiliário.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura contempla a 6ª (sexta) emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Valor Total da Emissão

3.4.1. O valor total da Emissão é de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido) ("Valor Total da Emissão").

3.5. Destinação dos Recursos

3.5.1. Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Oferta Restrita em razão da integralização das Debêntures serão destinados ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.6. Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

3.6.1 A instituição prestadora dos serviços de escrituração das Debêntures e dos serviços de banco liquidante será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Vila Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.746.948/0001-12 ("Escriturador Mandatário" e "Banco Liquidante").

3.7. Colocação e Plano de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, a qual será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados. A Oferta Restrita será realizada com a intermediação do Banco Safra S.A., na qualidade de instituição intermediária líder da Oferta Restrita ("Coordenador Líder"), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, observados os termos e condições definidos no "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, da 6ª (sexta) Emissão da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

3.7.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, nos termos do item 4.7.3. abaixo, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.7.2.1. O Valor Total da Emissão não poderá ser aumentado em nenhuma hipótese.

3.7.3. O público alvo da Oferta Restrita será Investidores Qualificados, quais sejam: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) companhias securitizadoras de créditos imobiliários; (iv) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (v) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (vi) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vii) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (viii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409.

3.7.3.1. Adicionalmente, nos termos da Instrução CVM 476 e para fins desta Oferta Restrita: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) do item 3.7.3. acima deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.7.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição.

3.7.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM, e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.

3.7.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sendo que o Coordenador Líder organizará a colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica.

3.7.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

CLÁUSULA QUARTA – CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2014 ("Data de Emissão").

4.2. Quantidade de Debêntures

4.2.1. Serão emitidas 150 (cento e cinquenta) Debêntures.

4.3. Espécie

4.3.1. As Debêntures são da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, observado o quanto disposto na presente Escritura a este respeito, e nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Após o registro dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definidos), será celebrado aditamento a esta Escritura, na forma do item 4.23 e seguintes, sendo certo que os Debenturistas, ao subscreverem as Debêntures, declararão sua concordância com a realização da convolação acima citada, sem a necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.



4.4. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.4.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 8 (oito) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2022 ("Data de Vencimento"), ressalvada a possibilidade de vencimento antecipado ou resgate antecipado das Debêntures.

4.5. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade

4.5.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.5.2. Para todos os fins legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, extrato em nome do titular da Debênture, emitido pela CETIP.

4.6. Valor Nominal Unitário

4.6.1. O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

4.7. Preço e Prazo de Subscrição e Forma de Integralização

4.7.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em uma única data, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação da CETIP.

4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em 11 (onze) parcelas semestrais, sucessivas, devidas nas seguintes datas:

Data de Amortização	Percentual Amortizado de cada Debênture sobre o Valor Nominal de Emissão
15 de janeiro de 2017	5,0000%
15 de julho de 2017	5,0000%



1 7

15 de janeiro de 2018	10,0000%
15 de julho de 2018	10,0000%
15 de janeiro de 2019	10,0000%
15 de julho de 2019	10,0000%
15 de janeiro de 2020	10,0000%
15 de julho de 2020	10,0000%
15 de janeiro de 2021	10,0000%
15 de julho de 2021	10,0000%
15 de janeiro de 2022	10,0000%

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, estabelecido em 100% (cem por cento) da variação da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescido de spread ou sobretaxa de 0,80% (oitenta centésimos por cento) ao ano (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por Dias Úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, desde a Data de Integralização ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, o que ocorrer por último, até a data do seu efetivo pagamento. A Remuneração será paga ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo).

4.9.2. Para fins de cálculo da Remuneração, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1), \text{ onde:}$$



"J" corresponde ao Valor Nominal Unitário das Debêntures devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

"VNe" corresponde ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

"FatorJuros" corresponde ao Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

"FatorDI" corresponde ao produtório das Taxas DI da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n [1 + (\text{TDI}_k)]$$

onde:

"k" corresponde ao número de ordem das Taxas DI, sendo "k" um número inteiro;

"n" corresponde ao número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

"TDI_k" corresponde à Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

"DI_k" corresponde à Taxa DI, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

"FatorSpread" corresponde à sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo:

$$Fator\ Spread = \left\{ \left(\frac{sobretaxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DUP}{360}} \right\}$$

onde:

sobretaxa = 0,8000 (oitenta centésimos);

"DUP" é o número de dias úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e a data do cálculo, sendo "DUP" um número inteiro.

4.9.2.1 O cálculo da Remuneração acima está sujeito às seguintes observações:

- i) o fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- iv) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento da Remuneração, será utilizada a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI disponível.

4.9.4. Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, de extinção da Taxa DI, ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente no lugar da Taxa DI a taxa substituta determinada legalmente para tanto ou, em sua falta, pela taxa que for adotada pela CETIP como substituta da Taxa DI, ou, em sua falta, a taxa ou índice adotado de forma sistemática, notória e geral na maioria das operações de dívida

anteriormente remuneradas pela Taxa DI no mercado de financeiro e de capitais ("Taxa Substituta"). Nesta hipótese, a Escritura de Emissão deverá ser aditada de forma a refletir a Taxa Substituta, independentemente da necessidade de aprovação pelos Debenturistas.

4.9.5. Na impossibilidade de verificação de uma Taxa Substituta por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados desde a data em que a Taxa DI deixou de ser apurada e divulgada, extinta ou tornou-se inaplicável por disposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleias Gerais de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, o qual deverá corresponder àquele utilizado em operações similares existentes à época ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.

4.9.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização das Assembleias Gerais de Debenturistas de que trata o item 4.9.5. acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, referidas Assembleias Gerais de Debenturistas não serão mais realizadas, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.6., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.7. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida assembleia em comum acordo com a Emissora, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último.

4.9.8. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item 4.9.7. acima serão canceladas pela Emissora. Neste caso, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.



4.10. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

4.10.1. Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, todo dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo que o primeiro pagamento de Remuneração será realizado em 15 de julho de 2014 e o último na Data de Vencimento (cada data uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.11. Oferta de Resgate Antecipado

4.11.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo mediante deliberação de seu Conselho de Administração, oferta de resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures ("Oferta de Resgate Antecipado").

4.11.1.1. A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de sua titularidade.

4.11.2. A Emissora deverá comunicar todos os Debenturistas objeto da Oferta de Resgate Antecipado sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis contados da data da efetiva realização do resgate, por meio de aviso publicado nos termos desta Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado").

4.11.3. O Edital de Oferta de Resgate Antecipado deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, (ii) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, (iii) a forma e prazo para manifestação do Debenturista que aceitar a Oferta de Resgate Antecipado, (iv) se a Oferta de Resgate Antecipado é sobre parte ou a totalidade das Debêntures, e (v) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do resgate antecipado e à tomada de decisão pelos Debenturistas.

4.11.4. Após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar formalmente à Emissora, e em conformidade com o disposto no Edital de Oferta de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para realizar os pagamentos devidos em razão do resgate antecipado das Debêntures, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate antecipado serão liquidadas em uma única data.



Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

4.11.5. O valor a ser pago aos Debenturistas que aceitarem a Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e (ii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora ("Preço de Oferta de Resgate").

4.11.6. O pagamento do Preço de Oferta de Resgate será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) as Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriturador Mandatário.

4.11.7. O resgate antecipado deverá ser realizado, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, conforme aplicável, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

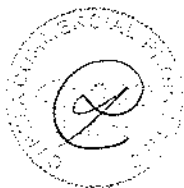
4.11.8. A Emissora deverá comunicar a realização do resgate antecipado à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência contado da realização do resgate antecipado das Debêntures.

4.11.9. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo Total

4.12.1. A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, após 15 de janeiro de 2017 ("Período de Carência para Resgate"), mediante deliberação de seu Conselho de Administração, o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação ("Resgate Antecipado Facultativo").

4.12.2. A Emissora deverá comunicar os Debenturistas sobre o Resgate Antecipado Facultativo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis contados da data da efetiva realização do resgate, por meio de aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão ("Edital de Resgate Antecipado Facultativo").



A handwritten signature.

A handwritten signature.

A handwritten signature.

A handwritten signature.

A handwritten signature.

4.12.3. O Edital de Resgate Antecipado Facultativo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, (ii) o valor do prêmio de Resgate Antecipado Facultativo, se aplicável, e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.

4.12.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data do resgate antecipado, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso; e (ii) de prêmio de resgate equivalente a: (a) 1,00% (um por cento) sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do resgate antecipado, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, se o resgate antecipado ocorrer até 15 de janeiro de 2019, inclusive; ou (b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data do resgate antecipado, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, se o resgate antecipado ocorrer até a Data de Vencimento, exclusive ("Prêmio de Resgate" e "Preço de Resgate Facultativo Total", respectivamente).

4.12.5. O pagamento do Preço de Resgate Facultativo Total será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) as Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriturador Mandatário.

4.12.6. A Emissora deverá comunicar a realização do Resgate Antecipado Facultativo à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente Fiduciário com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização do resgate antecipado das Debêntures. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.13. Amortização Extraordinária Facultativa Parcial

4.13.1. As Debêntures em circulação poderão ser amortizadas extraordinária e antecipadamente, a exclusivo critério da Emissora, após 15 de janeiro de 2017 ("Período de Carência para Amortização"), mediante deliberação do Conselho de Administração da Emissora ("Amortização Extraordinária Facultativa").



4.13.1.1. A Amortização Extraordinária Facultativa deverá abranger igualmente todas as Debêntures em Circulação e estará limitada a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.13.2. A Emissora deverá comunicar os Debenturistas sobre a Amortização Extraordinária Facultativa, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis contados da data da efetiva realização da amortização, por meio de aviso publicado nos termos desta Escritura ("Editais de Amortização Extraordinária").

4.13.3. O Edital de Amortização Extraordinária deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) a data efetiva para a amortização das Debêntures e pagamento aos Debenturistas, (ii) o valor do prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa, se aplicável, e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

4.13.4. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Amortização Extraordinária Facultativa será equivalente ao montante do Valor Nominal Unitário a ser amortizado ("Montante a ser Amortizado"), acrescido (i) da Remuneração devida e ainda não paga até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Montante a ser Amortizado, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e (ii) de prêmio de resgate equivalente a: (a) 1,00% (um por cento) sobre o Montante a ser Amortizado, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Montante a ser Amortizado, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, se a Amortização Extraordinária Facultativa ocorrer até 15 de janeiro de 2019, inclusive; ou (b) 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o Montante a ser Amortizado, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data da Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Montante a ser Amortizado, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, se a Amortização Extraordinária Facultativa ocorrer após a Data de Vencimento exclusive ("Preço de Amortização Extraordinária").

4.13.5. O pagamento do Preço de Amortização Extraordinária será realizado (i) por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, ou (ii) as Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriitor Mandatário.

4.13.6. A Emissora deverá comunicar a realização da Amortização Extraordinária Facultativa à CETIP por meio de correspondência escrita com o de acordo do Agente

Fiduciário no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência da realização da Amortização Extraordinária Facultativa.

4.13.7. A data para realização de qualquer Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

4.14. Aquisição Facultativa

4.14.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e a regulamentação expedida pela CVM, incluindo, mas não se limitando ao artigo 13 da Instrução CVM 476.

4.14.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com este item poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela legislação e regulamentação vigentes, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

4.15. Repactuação Programada

4.15.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.16. Classificação de Risco

4.16.1. As Debêntures não serão objeto de classificação de risco.

4.17. Prorrogação dos Prazos

4.17.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, se o vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, com dias em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ou ainda em cada um dos seguintes dias: (A) os 2 (dois) dias cada de Rosh Hashanah e Shavuot, (B) os 2 (dois) dias de Sukkot, Shmini Atzaret e Simchat Torah, (C) o Yom Kippur e (D) os 2 (dois) primeiros e 2 (dois) últimos dias de Pessach. Ressalvam-se os casos cujos pagamentos devem ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.



4.18. Multa e Encargos Moratórios

4.18.1. Ocorrendo atraso no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os valores em atraso vencidos e não pagos ficarão sujeitos a (i) multa moratória convencional de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento), e (ii) juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.19. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.19.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.17. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data da disponibilização dos recursos pela Emissora.

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos, decisões relevantes e convocações a serem efetuados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (www.ccpa.com.br/ri).

4.21. Local de Pagamento

4.21.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora através da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas eletronicamente junto à CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados junto ao Escriturador Mandatário.

4.22. Imunidade de Debenturistas

4.22.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de



valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seu pagamento os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.23 Garantia Real

4.23.1 Quando da implementação das Condições Suspensivas dispostas nas Cláusulas 4.23.2 e 4.23.2.1 abaixo, as Debêntures contarão com hipoteca de 1º grau da propriedade ou do domínio útil, conforme o caso, dos imóveis indicados a seguir (todos em conjunto, "imóveis"), em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora previstas nesta Escritura, nos termos das respectivas escrituras públicas de hipoteca ("Contratos de Garantia"), devendo ser referida garantia constituída em até 90 (noventa) dias contados da data do protocolo dos Contratos de Garantia perante os competentes cartórios de registro de imóveis, o que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias contados da assinatura da presente escritura, sob pena de vencimento antecipado não automático das Debêntures ("Garantias Reais");

- (i) imóvel objeto da matrícula nº 23.578, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, cujo domínio útil pertence à Hatiha Comercial Imobiliária Ltda., com valor de venda forçada, atribuído em laudo de avaliação a ser entregue ao Agente Fiduciário, de R\$25.275.000,00 (vinte e cinco milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais);
- (ii) imóvel objeto da matrícula nº 23.579, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, cujo domínio útil pertence à Hatiha Comercial Imobiliária Ltda., com valor de venda forçada, atribuído em laudo de avaliação a ser entregue ao Agente Fiduciário, de R\$25.275.000,00 (vinte e cinco milhões e duzentos e setenta e cinco mil reais);
- (iii) imóvel objeto da matrícula nº 84.631, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barueri, Estado de São Paulo, cujo domínio útil pertence à Hatiha Comercial Imobiliária Ltda., com valor de venda forçada, atribuído em laudo de avaliação a ser entregue ao Agente Fiduciário, de R\$34.125.000,00 (trinta e quatro milhões e cento e vinte e cinco mil reais);
- (iv) imóvel objeto da matrícula nº 161.876 (conjunto 31), do 4º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de propriedade da Millenium de Investimentos Imobiliários Ltda., com valor de venda forçada, atribuído em laudo de avaliação a ser entregue ao Agente Fiduciário, de R\$22.725.000,00 (vinte e dois milhões e setecentos e vinte e cinco mil reais);

- (v) imóvel objeto da matrícula nº 161.877 (conjunto 32), do 4º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de propriedade da Millenium de Investimentos Imobiliários Ltda., com valor de venda forçada, atribuído em laudo de avaliação a ser entregue ao Agente Fiduciário, de R\$13.875.000,00 (treze milhões e oitocentos e setenta e cinco mil reais); e
- (vi) imóvel objeto da matrícula nº 161.881 (conjunto 52), do 4º Oficial de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, de propriedade da Millenium de Investimentos Imobiliários Ltda., com valor de venda forçada, atribuído em laudo de avaliação a ser entregue ao Agente Fiduciário, de R\$13.875.000,00 (treze milhões e oitocentos e setenta e cinco mil reais).

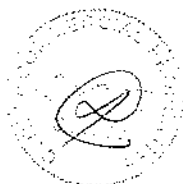
4.23.2 Os Contratos de Garantia a serem celebrados deverão ser levados a registro, às expensas da Emissora, nos competentes Cartórios de Registro Imóveis, nos prazos previstos cláusula 2.5 acima.

4.23.2.1 As Garantias Reais passarão a ser plenamente válidas e eficazes na data em que os respectivos Contratos de Garantia forem registrados nos competentes Cartórios de Imóveis.

Convolução da Espécie das Debêntures

4.23.3. As Debêntures passarão automaticamente a ser da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, no momento em que as Condições Suspensivas forem implementadas.

4.23.4 A Emissora e o Agente Fiduciário estão desde já autorizados e obrigados a celebrar aditamento a esta Escritura, nos termos do Anexo I à presente Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da implementação de todas as Condições Suspensivas, sem necessidade de realização de Assembleia Geral de Debenturistas ou qualquer outro ato societário da Emissora, exclusivamente para formalizar a convolução da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real. A CETIP deverá ser informada imediatamente pela Emissora sobre a realização da referida convolução, com a finalidade de atualizar seu sistema, bem como deverá receber cópia do aditamento. Cada Debenturista, ao subscrever as Debêntures, estará automaticamente declarando-se ciente e de acordo com a celebração do aditamento ora referido.



Substituição da Garantia Real

4.23.5 A Emissora poderá solicitar por escrito ao Agente Fiduciário a substituição da Garantia Real, mediante oferecimento de novos imóveis para substituir os imóveis que atualmente compõem a Garantia Real. O Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a aceitação ou não da substituição da Garantia Real. A substituição da Garantia Real somente será realizada, mediante aditamento e registro dos Contratos de Garantia, após a aprovação dos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas.

CLÁUSULA QUINTA – VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observado o disposto nesta Cláusula Quinta, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, conforme o caso, e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, bem como dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão ("Montante Devido Antecipadamente"), na ocorrência de qualquer dos eventos descritos nos itens 5.3. e 5.4. abaixo (cada um, um "Evento de Vencimento Antecipado").

5.2. A ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado deverá ser comunicada pela Emissora ao Agente Fiduciário, nos termos da alínea (g) do subitem (i) do item 7.1. abaixo. Sem prejuízo disso, o Agente Fiduciário deverá, a partir de sua ciência sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, por qualquer meio, exercer seus deveres descritos nesta Cláusula Quinta independentemente da comunicação pela Emissora.

5.3. Eventos de Vencimento Antecipado Automático: Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, a ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.3. acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso extrajudicial, interpelação judicial, notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas ("Eventos de Vencimento Antecipado Automático"):

- (a) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de aut falência, pedido de falência da Emissora ou dos Garantidores formulado por terceiros não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora e/ou das



20

Controladas (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações);

- (b) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e a presente Escritura de Emissão;
- (c) amortização de ações da Emissora ou reembolso de ações de acionistas da Emissora, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, que representem mais de 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Emissora (conforme sua última demonstração financeira auditada), após a data de assinatura desta Escritura de Emissão, sem que haja aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (d) realização de redução de capital social da Emissora e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique em concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora que represente mais de 20% (vinte por cento) do capital social apresentado na última demonstração financeira auditada, sem que haja aprovação prévia de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (e) pagamento, pela Emissora, de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas na presente Escritura de Emissão;
- (f) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações; e
- (g) destinação dos recursos oriundos da integralização das Debêntures de forma diversa daquela estabelecida no item 3.5.1. acima.

5.4. Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático: Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados neste item 5.4. não sanados no prazo de cura aplicável, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do



item 5.4.2. abaixo, para deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures, observado o disposto nos itens abaixo ("Eventos de Vencimento Antecipado Não-Automático"):

- (a) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora, independentemente de ter sido requerida homologação judicial do plano respectivo e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial;
- (b) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão ou nos Contratos de Garantia, não sanado em até 10 (dez) dias úteis contados da data da comunicação, do referido descumprimento, realizada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) (1) caso haja a incorporação, cisão ou fusão da Emissora que acarrete em alteração do atual controle societário da Emissora, exceto: (i) se tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação que estiverem presentes em Assembleia de Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que o desejarem, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, sendo neste caso dispensada a aprovação em Assembleia de Geral de Debenturistas nos termos do referido dispositivo legal; e (2) caso haja reorganização societária, venda ou alienação de participação societária da Emissora que acarrete em alteração do atual controle societário da Emissora, exceto se tal alteração de controle resultar em (i) transmissão do controle a descendentes ou a parentes em linha colateral consanguínea do atual controlador; ou (ii) desde que o controle indireto permaneça com empresa pertencente ao mesmo grupo empresarial, seja ela, controlada, coligada, subsidiária, fundação, entidade beneficente ou assemelhada. Em qualquer das hipóteses apresentadas nos itens (1) e (2) acima, no ato societário que aprovar a incorporação, cisão ou fusão da Emissora, da reorganização societária ou no negócio jurídico da venda ou alienação de participação societária da Emissora ("Evento Societário"), os auditores independentes da Emissora deverão elaborar e apresentar demonstrações financeiras *pro forma* e atestar que os Índices Financeiros (conforme abaixo definido) *pro forma* pós Evento Societário continuam sendo observados. A não realização dessa verificação ou a verificação pelos auditores independentes de que os Índices Financeiros



não estão sendo observados nas demonstrações financeiras pro forma pós Evento Societário será considerada um Evento de Vencimento Antecipado;

- (d) protestos legítimos de títulos contra a Emissora e/ou Controladas cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (ii) se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro de 30 (trinta) dias, (iii) o valor objeto do protesto foi devidamente quitado; ou ainda, (iv) forem prestadas garantias em juízo;
- (e) não pagamento na data de vencimento original, que não seja sanado dentro de eventual prazo de cura estipulado no referido contrato, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou das Controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- (f) inadimplemento antecipado ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou das Controladas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Emissora, conforme sua última demonstração financeira auditada;
- (g) não cumprimento de qualquer decisão arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Controladas em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;
- (h) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à Oferta Restrita;
- (i) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, que modifique as atividades atualmente por ela praticadas de forma relevante, ou que agregue a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou que possam representar desvios significativos e relevantes em relação às atividades atualmente desenvolvidas;



- (j) caso as declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão ou pelos Garantidores nos Contratos de Garantia provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, enganosas, inconsistentes e/ou insuficientes;
- (k) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício de suas atividades pela Emissora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora que não afetem materialmente as atividades da Emissora e/ou se dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade de suas atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (l) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão ou pelos Garantidores nos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (m) alienação, prestação de garantias a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora, exceto se feita (i) para a prestação de garantias em processos judiciais e administrativos; ou (ii) no curso normal dos negócios da Emissora; e, de toda forma, desde que tal alienação, prestação de garantia a terceiros ou a constituição de qualquer espécie de ônus ou gravame sobre quaisquer dos bens ou direitos da Emissora não comprometa o cumprimento de suas obrigações com relação aos Debenturistas e às Debêntures;
- (n) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;
- (o) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora, desde que em dimensões que dificultem o cumprimento das obrigações da Emissora em relação aos valores da Oferta Restrita, excetuado quando a Emissora estiver em dia com o cumprimento dos Índices Financeiros estabelecidos nesta Escritura de Emissão; e



- (p) se as Garantias Reais não forem devidamente registradas e/ou o respectivo aditamento a esta Escritura não for devidamente formalizado nos prazos para tanto estipulados respectivamente nos itens 4.23.1 e 4.23.5 acima.

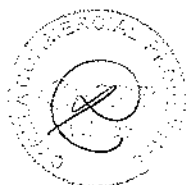
5.4.1. Os valores mencionados nas alíneas "d", "e" e "g" do item 5.4. acima serão reajustados, desde a Data de Integralização, pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M ("IGP-M").

5.4.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado Não Automático o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

5.4.3. Nas Assembleias Gerais de Debenturistas mencionada no item 5.4.2. acima, que será instalada observado o quórum previsto na Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

5.4.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.4.3. acima por falta de quórum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante envio de notificação à Emissora neste sentido.

5.5. Em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos dos itens 5.3. e 5.4.4. acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Montante Devido Antecipadamente cujo vencimento antecipado foi declarado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados (i) da ocorrência do respectivo Evento de Vencimento Antecipado Automático, observado o prazo de cura aplicável, ou (ii) do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário neste sentido, ou (iii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido convidada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas, conforme aplicável.



25

5.6. Caso seja declarado o vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente, devido o Montante Devido Antecipadamente, nos termos do item 5.5. acima, o Agente Fiduciário, deverá comunicar a CETIP sobre a ocorrência do vencimento antecipado, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data de pagamento do Montante Devido Antecipadamente.

CLÁUSULA SEXTA – ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Convocação

6.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas. A Assembleia de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

6.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

6.3. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura de Emissão, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

6.4. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias contados da nova publicação do edital de convocação.

6.5. Independente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas.

6.6. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia de Debenturistas.

Quorum de Instalação

6.7. A Assembleia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas |.

6.8. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas (i) mantidas em tesouraria pela Emissora; e (ii) de titularidade de (a) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (b) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (c) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

6.9. A presidência da Assembleia de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Deliberação

6.10. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular um voto, sendo admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

6.11. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por maioria das Debêntures em Circulação.

6.12. As alterações relativas às características das Debêntures, conforme venham a ser propostas pela Emissora, como por exemplo, (i) a Remuneração, (ii) a Data de Pagamento da Remuneração, (iii) o prazo de vencimento das Debêntures, (iv) os valores e datas de amortização das Debêntures, (v) os Eventos de Vencimento Antecipado estabelecidos na Cláusula Quinta acima; e/ou (vii) a alteração dos quoruns de deliberação previstos nesta Cláusula Sexta, inclusive deste item 6.12. dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

6.13. As deliberações relativas a (i) substituição do Agente Fiduciário, do Escriturador Mandatário ou do Banco Liquidante; (ii) alteração das obrigações adicionais



da Emissora estabelecidas na Cláusula Sétima; (iii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Oitava abaixo; ou (iv) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sexta, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

6.14. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

6.15. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) em até 3 (três) dias úteis após a data de divulgação (i) suas demonstrações financeiras e de suas informações trimestrais; (ii) declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura; e (iii) os Índices Financeiros auditados e revisados, conforme o caso, pelos auditores independentes contratados pela Emissora, juntamente com relatório contendo memória de cálculo detalhada compreendendo todas as rubricas necessárias para acompanhamento dos Índices Financeiros, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário;
 - (b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), com a mesma periodicidade prevista para o envio de tais informações à CVM;
 - (c) em até 1 (um) dia útil após as respectivas publicações, os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, editais de convocação de assembleias e atas de assembleias que, de alguma forma, envolvam os interesses dos Debenturistas;



[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

- (d) em até 1 (um) dia útil contado do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (e) em até 5 (cinco) dias úteis após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que represente contingência de valor igual ou superior a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido da Emissora (conforme sua última demonstração financeira auditada), quando aplicável, ou que possa resultar em um Evento de Vencimento Antecipado, a critério da Emissora;
- (f) em até 5 (cinco) dias úteis, informações sobre qualquer descumprimento não sanado de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, observados os prazos específicos determinados nesta Escritura de Emissão;
- (g) em até 5 (cinco) dias úteis, informação sobre a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- (h) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva data de pagamento, desde que solicitado pelo Agente Fiduciário;
- (i) todos os dados financeiros e atos societários arquivados na JUCESP, inclusive o organograma societário da Emissora, necessários à elaboração do relatório descrito no item 8.10. (m) desta Escritura de Emissão, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora em até 5 (cinco) dias úteis da data da referida solicitação. Fica desde já estabelecido que o organograma do grupo societário da Emissora deverá conter a relação das empresas controladoras, controladas, coligadas, sob controle comum, e informações sobre o bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.



- (ii) preparar suas informações trimestrais e, se for o caso, informações contábeis consolidadas, em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (iii) divulgar suas informações financeiras trimestrais, acompanhadas de relatório de revisão especial emitido por auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo previsto pela regulamentação aplicável;
- (iv) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
- (v) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer de auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (vi) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (vii) manter os documentos mencionados no item (v) acima em sua página na rede mundial de computadores por um prazo de 3 (três) anos;
- (viii) mediante solicitação do Agente Fiduciário, encaminhar ao Agente Fiduciário cópias de suas demonstrações financeiras e/ou informações trimestrais;
- (ix) manter seu registro de companhia aberta perante a CVM durante a vigência das Debêntures, mantendo-o atualizado de acordo com a Instrução CVM 480;
- (x) convocar, nos termos da Cláusula Sexta desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (xi) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, incluindo a observância das disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de

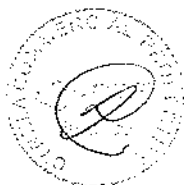


2002, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

- (xii) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (xiii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (xiv) manter sempre atualizados e em boa ordem os livros e registros societários, de modo a permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas dos titulares de Debêntures) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de sua realização;
- (xv) manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, os Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xvi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xvii) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão e com o Contrato de Distribuição, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (xviii) manter seus bens e propriedades relevantes, e particularmente sobre seus imóveis, segurados por companhia de seguro de primeira linha, com cobertura dos valores e riscos adequados para a condução de seus negócios e para o valor de seus ativos e de acordo com os padrões de sociedades do mesmo setor no Brasil;
- (xix) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (xx) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito nesta Escritura de Emissão;

- (xxi) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xxii) efetuar o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xxiii) efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xxiv) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Escriturador Mandatário e Banco Liquidante;
- (xxv) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (xxvi) informar à CETIP, em conjunto com o Agente Fiduciário, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer Remuneração referente às Debêntures;
- (xxvii) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP; e
- (xxviii) notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer declarações prestadas nesta Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes.

7.1.1. Toda e qualquer informação da Emissora que esteja veiculada através de sua página ou da página da CVM na rede mundial de computadores – Internet será



considerada pública e efetivamente disponibilizada para os fins desta Escritura de Emissão.

7.2. Adicionalmente, observado o item 7.2.2. abaixo, a Emissora obriga-se, pelo período que se estende da Data de Emissão até o 60º (sexagésimo) mês a contar da Data de Emissão, a realizar uma Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures a todos os Debenturistas, nos termos do item 4.11. acima, caso descumpra, por 2 (dois) trimestres consecutivos, os seguintes índices e limites financeiros, a serem acompanhados trimestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas informações financeiras da Emissora, auditadas e/ou revisadas, conforme o caso, e consolidadas, mesmo que pro forma, na periodicidade estabelecida abaixo ("Índices Financeiros"):

**Índices e Limites apurados com
base nos ITRs e DFPS da Emissora**

Dívida Corporativa Líquida / EBITDA

inferior ou igual a: 4.0x

onde:

"*Dívida Corporativa Líquida*" corresponde ao somatório das dívidas onerosas no balanço patrimonial consolidado da Emissora menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras) menos os Financiamentos Imobiliários.

"*EBITDA*" corresponde ao resultado acumulado dos últimos 12 (doze) meses antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários.

"*Financiamento Imobiliário*" corresponde ao financiamento concedido por qualquer instituição financeira nacional, em que os recursos captados sejam provenientes de MAPA 4 (conforme definido pelas regras do Banco Central do Brasil) ou qualquer outro banco de desenvolvimento brasileiro ou agência governamental de crédito.

7.2.1. A Oferta de Resgate Antecipado de que trata este item 7.2. deverá ser realizada pela Emissora em até 30 (trinta) dias contados do envio de comunicação do Agente Fiduciário à Emissora informando o descumprimento dos Índices Financeiros pelo 2º (segundo) trimestre consecutivo.

7.2.2. A Emissora estará desobrigada da realização de Oferta de Resgate Antecipado prevista no item 7.2. acima caso Debenturistas representando no mínimo

75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação autorizem, em Assembleia de Debenturistas convocada especialmente para este fim, a não realização da Oferta de Resgate Antecipado pela Emissora.

7.2.3. Caso, no prazo estabelecido no item 7.2.1, acima, não ocorra a Oferta de Resgate Antecipado ou a dispensa da mesma pelos Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures, conforme previsto na Cláusula Quinta acima.

CLÁUSULA OITAVA – AGENTE FIDUCIÁRIO

Nomeação

8.1. A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, a qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;
- (b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) conhece e aceita integralmente os termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto;
- (l) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (m) na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantias, da Emissora ("2ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 15 de fevereiro de 2017, na qual foram emitidas 20.442 (vinte mil e quatrocentas e quarenta e duas) debêntures no valor de R\$204.420.000,00 (duzentos e quatro milhões e quatrocentos e vinte mil reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento das debêntures da 2ª Emissão da Emissora, (ii) 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, sem garantias, da Emissora ("3ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 15 de janeiro de 2018, na qual foram emitidas 15.000 (quinze mil) debêntures no valor total de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento das debêntures da 3ª Emissão da Emissora, e (iii) 5ª (quinta)

emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora ("5ª Emissão da Emissora"), com vencimento em 15 de agosto de 2019, na qual foram emitidas 20.000 (vinte mil) debêntures, sendo 8.000 (oito mil) debêntures para a 1ª série e 12.000 (doze mil) debêntures para a 2ª série no valor total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), sendo R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) para as debêntures da 1ª série e R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) para as debêntures da 2ª série. Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, conversão, repactuação e/ou inadimplemento das debêntures da 5ª Emissão da Emissora.

8.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

8.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração pela Emissora. O Agente Fiduciário não será responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora nos termos da legislação aplicável.

8.3.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, observados os quoruns de deliberação em Assembleias de Debenturistas estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

8.3.3. Sem prejuízo do disposto acima, os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles somente serão válidos quando previamente assim deliberado por Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação reunidos em Assembleia de Debenturistas.

8.3.4. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que deva ser objeto de deliberação pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não assumirá qualquer responsabilidade sobre o resultado

ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas de boa-fé pelo Agente Fiduciário perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas e/ou à Emissora.

8.4. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável, estando este isento de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido de sua atuação no âmbito da Emissão ou da legislação e/ou regulamentação.

Remuneração do Agente Fiduciário

8.5. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração composta por parcelas anuais de R\$7.000,00 (sete mil reais), sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data da liquidação financeira das Debêntures e as demais a cada 12 (doze) meses após o pagamento da primeira parcela.

8.6. As parcelas de remuneração do Agente Fiduciário referida no item 8.5. acima serão acrescidas dos seguintes Impostos: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS - Imposto Sobre Serviços), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.7. As parcelas citadas no item 8.5. acima serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.8. Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.9. A remuneração definida no item 8.5. acima continuará sendo devida, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na



37

cobrança de inadimplência não sanada, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

Deveres e Obrigações do Agente Fiduciário

8.10. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, observado que o Agente Fiduciário não conduziu procedimento de auditoria independente da veracidade das declarações prestadas pela Emissora;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça no prazo previsto, o registro desta Escritura e averbação de respectivos aditamentos na JUCESP, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) informar à CETIP, em conjunto com a Emissora, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer Remuneração referente às Debêntures;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de propostas de modificações nas condições das Debêntures;



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

- (i) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, Assembleia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura do capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;



- (vii) amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - a) denominação da companhia ofertante;
 - b) valor da emissão;
 - c) quantidade de debêntures emitidas;
 - d) espécie das debêntures emitidas;
 - e) prazo de vencimento das debêntures emitidas;
 - f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
 - g) eventos de vencimento antecipado, resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
 - (x) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário.
- (n) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;



- (iv) na CETIP; e
- (v) na sede dos Coordenadores.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (r) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (s) acompanhar com o Escriturador Mandatário em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (t) divulgar as informações referidas no inciso (ix) da alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (u) responsabilizar-se integralmente pelos serviços de Agente Fiduciário contratados nos termos da legislação vigente; e

- (v) calcular, diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br.

Atribuições Específicas

8.11. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

8.11.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) na alínea "a" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, e (ii) nas alíneas "b" a "c" acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese do disposto na alínea "d" acima, será suficiente a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação.

Despesas

8.12. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.



8.13. O ressarcimento a que se refere este item 8.13. será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

8.14. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente adiantadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura da sucumbência arbitrada em juízo, sendo certo que os recursos deverão ser disponibilizados em tempo hábil, de modo que não haja qualquer possibilidade de descumprimento de ordem judicial por parte do Agente Fiduciário.

8.15. Não obstante o disposto no item 8.14. acima, o Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter suas despesas reembolsadas pela Emissora caso não tenham sido previamente aprovadas e tenham sido realizadas em discordância com a função fiduciária que lhe é inerente.

8.16. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas com *conference calls* e contatos telefônicos;



- (d) locomoção entre Estados do país, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.16.1. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

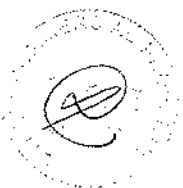
CLÁUSULA NONA – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, existente e em situação regular de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta devidamente atualizado;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, a emitir as Debêntures e a cumprir com suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida, vinculante e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (iv) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração da presente Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) o Estatuto Social da Emissora; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora esteja sujeita; ou (iii) qualquer obrigação

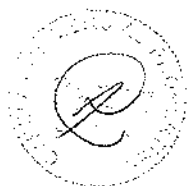
anteriormente assumida pela Emissora em quaisquer contratos, inclusive financeiros, nem irá resultar em: (A) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (B) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; ou (C) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

- (vi) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora que constam desta Escritura são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;
- (vii) todas as informações prestadas pela Emissora e no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;
- (viii) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a Data de Vencimento, pelo registro da Escritura na JUCESP;
- (ix) as demonstrações financeiras da Emissora foram auditadas ou revisadas, conforme o caso, e apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (x) desde a data das informações trimestrais da Emissora relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2013, não houve impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, bem como não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (xi) exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras, informações trimestrais e no Formulário de Referência da Emissora



disponibilizadas à CVM e ao mercado, a Emissora não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação governamental, pendente ou iminente, envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto substancial e adverso na sua situação financeira ou nas suas operações;

- (xii) as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480 e disponível na página da CVM na rede mundial de computadores - internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- (xiii) o Formulário de Referência da Emissora (i) contém, no mínimo, e sem prejuízo das disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos Investidores Qualificados, da Emissora, suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às atividades da Emissora e quaisquer outras informações relevantes, e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM 480;
- (xiv) as opiniões, análises e projeções (se houver) expressas no Formulário de Referência da Emissora foram dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias relevantes no contexto da Oferta Restrita e com base em premissas e suposições razoáveis ou fontes que a Emissora acredita serem confiáveis;
- (xv) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa de sua situação econômico-financeira, jurídica ou de suas atividades em prejuízo dos titulares das Debêntures;
- (xvi) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades;
- (xvii) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou



46

para as quais a Emissora, possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;

- (xviii) a Emissora não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (xix) manterá os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado;
- (xx) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- (xxi) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (xxii) os Imóveis são de titularidade dos respectivos Garantidores, estando livres e desembaraçados de quaisquer ônus e sendo plenamente passíveis de constituição de hipoteca de 1º (primeiro) grau sobre sua propriedade ou domínio útil, conforme o caso, tendo sido obtidas pelos Garantidores e/ou pela Emissora todas e quaisquer autorizações societárias, governamentais ou de terceiros necessárias à celebração dos Contratos de Garantia; e
- (xxiii) as declarações prestadas pelos Garantidores nos Contratos de Garantia são válidas, verdadeiras, completas e suficientes e correspondem à real situação jurídica e operacional dos Imóveis, não tendo sido omitida qualquer informação relevante de conhecimento da Emissora em relação aos Imóveis ou aos Garantidores que deprecie, prejudique ou altere negativamente as Garantias Reais.

CLÁUSULA DEZ – COMUNICAÇÕES

10.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1455, 5º andar
CEP: 04543-011 – São Paulo – SP
At.: Sr. Dani Ajbeszyc
Tel.: (11) 3018-7600
Fax.: (11) 3018-7681
E-mail: ri@ccpsa.com.br

Para o Agente Fiduciário

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514
CEP: 22640-102 – Rio de Janeiro - RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Tel.: (21) 3385 4565
Fax: (21) 3385 4046
E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

Para o Escriturador Mandatário e Banco Liquidante

Banco Bradesco S.A.

Vila Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar
Osasco, São Paulo
At.: Sr. Marcelo Poli
Tel.: (11) 3684-7654
Fax: (11) 3684.2714
E-mail: 4010.mpoli@bradesco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4º andar
CEP: 01452-001 – Jardim Paulistano, São Paulo - SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.2. As comunicações referidas nesta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser

encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA ONZE – DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão.

11.2. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.3. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as Partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

11.4. A presente Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

11.5. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.6. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, bem como dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes, Juntas Comerciais, Cartório de Registro de Títulos e Documentos, dentre outros, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.








11.7. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pela boas praticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito as referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenha sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

11.8. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, celebram a presente Escritura de Emissão, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Paulo, 28 de janeiro de 2014

[o restante da página foi deixado intencionalmente em branco]




50



Página 1/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie Com Garantia Real em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações, celebrada entre a Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Nome: **Dani Albeszyc**
Cargo: **Diretor Financeiro**

Nome: **Hilton Rajman**
Cargo: **CCP**

Nome: **José Roberto Voso**
Cargo: **CCP**



Página 2/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie Com Garantia Real em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações, celebrada entre a Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

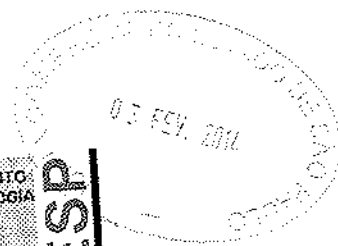
Rosane Basilio
Nome: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora

Testemunhas:

Fernando Barretto Bergamin
Nome: Fernando Barretto Bergamin
CPF: RG: 19.124.124-6
CPF: 175.827.198-96

Letícia Guida Tomazini
Nome: Letícia Guida Tomazini
CPF: CPF: 345.620.148-66

A



ANEXO I

Este Anexo é parte integrante do Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie Com Garantia Real em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações, celebrada entre a Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

MINUTA DO INSTRUMENTO DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA

“PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª (SEXTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, A SER CONVOLADA NA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Pelo presente instrumento, de um lado:

CYRELA COMMERCIAL PROPERTIES S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, sociedade com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, n.º 1.455, 5º andar, conjunto 52, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 08.801.621/0001-86, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE 35.300.341.881, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

e, de outro lado:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, representando a comunhão dos titulares das debêntures da Emissão (conforme abaixo definido) (“Debenturistas”), neste ato representada na forma do seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”, sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como “Partes” e individual e indistintamente como “Parte”);



53

vêm, por meio deste, celebrar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações" ("Primeiro Aditamento"), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CONSIDERANDO QUE:

- (i) as Partes celebraram, em 28 de janeiro de 2014, o "Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações" ("Escritura de Emissão"), por meio do qual a Emissora emitiu 150 (cento e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da Emissora ("Debêntures"), totalizando o montante de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), no âmbito de sua 6ª (sexta) emissão ("Emissão");
- (ii) na data da Emissão, as Debêntures eram da espécie quirografária e passariam automaticamente a ser da espécie com garantia real assim que implementadas as Condições Suspensivas, conforme definido na Escritura de Emissão; e
- (iii) na presente data, todos os Contratos de Garantia (conforme definido na Escritura de Emissão) se encontram registrados nos competentes Cartórios de Imóveis, e a Emissora enviou ao Agente Fiduciário cópia autenticada das matrículas atualizadas dos Imóveis comprovando referidos registros, tendo sido, portanto, satisfeitas as Condições Suspensivas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS TERMOS DEFINIDOS

- 1.1 Todos os termos aqui iniciados em letras maiúsculas, estejam no singular ou no plural, que não sejam expressamente definidos neste Primeiro Aditamento terão os significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão.



CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 Nos termos do item 4.23.4 da Escritura de Emissão, fica, por meio do presente Primeiro Aditamento, formalizada a convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real.

2.2 Em razão da convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real, ficam alterados os itens 2.5.1, 4.3.1, 4.23.1 e 4.23.2.1 da Escritura de Emissão, que passam a vigorar, respectivamente com as seguintes redações:

'2.5.1 As escrituras públicas de constituição de hipoteca de 1º grau sobre a propriedade ou domínio útil dos Imóveis (conforme definidos na Cláusula 4.23.1 abaixo) ("Contratos de Garantia") encontram-se registrados nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis'

'4.3.1 As Debêntures são da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.'

'4.23.1 As Debêntures contam com hipoteca de 1º grau da propriedade ou do domínio útil, conforme o caso, dos imóveis indicados a seguir (todos em conjunto, "Imóveis"), em garantia do pontual e integral adimplemento de todas as obrigações, principais e acessórias, da Emissora previstas nesta Escritura, nos termos das respectivas escrituras públicas de hipoteca ("Garantias Reais" e "Contratos de Garantia" respectivamente): (...).'

'4.23.2 As Garantias Reais são, na presente data, plenamente válidas e eficazes.'

2.3 Em razão da convolação da espécie das Debêntures de quirografária para a espécie com garantia real, são excluídos os itens 2.5.2, 2.5.3, 4.23.2, 4.23.3 e 4.23.4 e a alínea (p) do item 5.4 da Escritura de Emissão.

2.4 Todas as referências ao termo "da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real" passam a ser entendidas como "da espécie com garantia real".



CLÁUSULA TERCEIRA – REGISTRO NA JUCESP

3.1 O presente Primeiro Aditamento e eventuais outros aditamentos serão registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Todos os termos e condições da Escritura de Emissão que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Primeiro Aditamento são neste ato ratificados e permanecem em pleno vigor e efeito, na forma consolidada no Anexo I a este instrumento.

4.2 Emissora deverá informar a CETIP, imediatamente, por escrito, sobre a realização do presente Primeiro Aditamento, com a finalidade de atualizar as informações da Oferta Restrita em seu sistema.

4.3 Este Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.4 Este Primeiro Aditamento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

4.5 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Primeiro Aditamento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Primeiro Aditamento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas.



São Paulo, [DATA]

[ASSINATURAS]

* * *

ANEXO I



Este Anexo é parte integrante do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações, celebrada entre a Cyrela Commercial Properties S.A. Empreendimentos e Participações e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

ESCRITURA DE EMISSÃO CONSOLIDADA

(a ser inserida à época da celebração do Primeiro Aditamento)"



57

